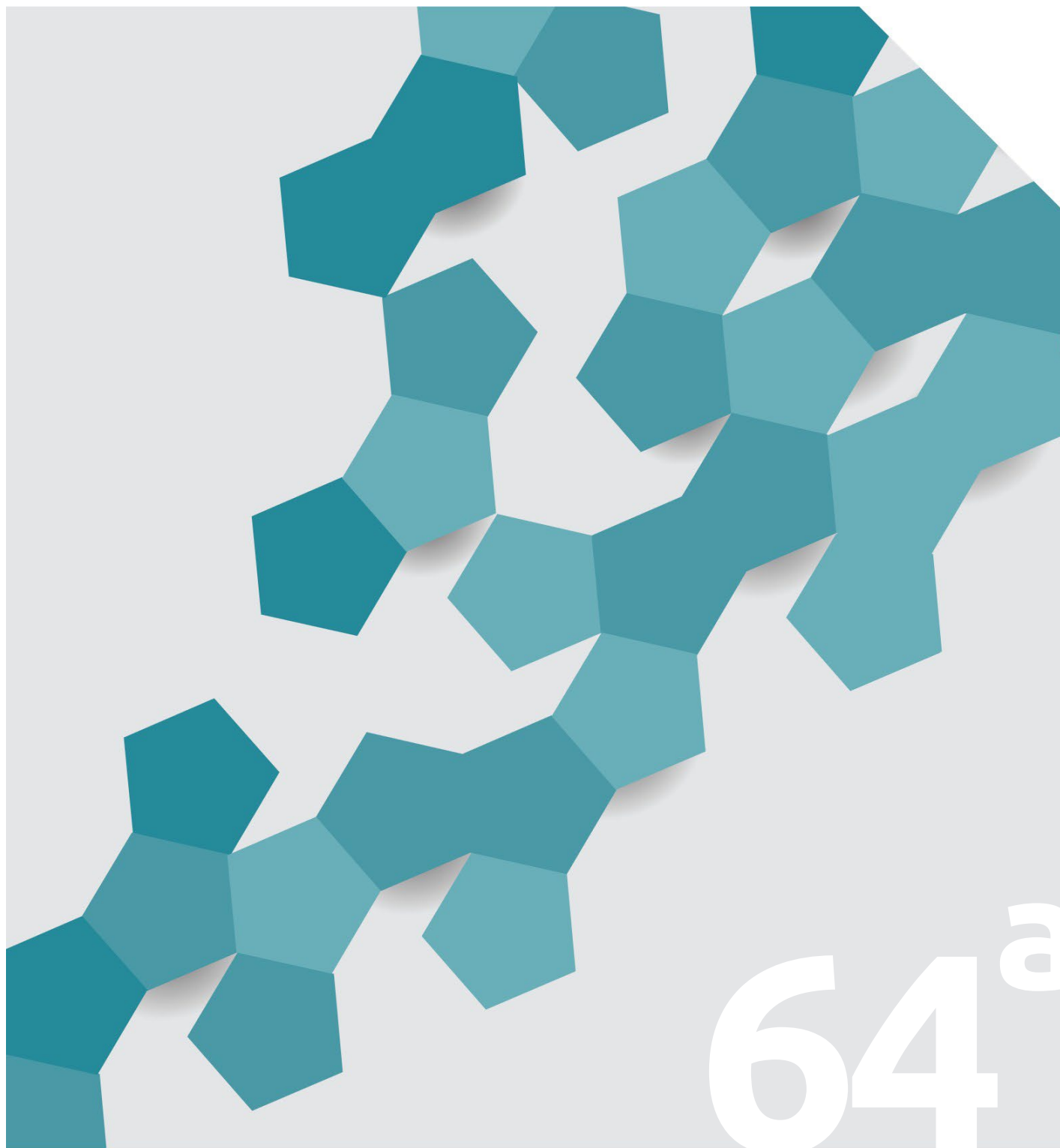




Ata do
Comitê de Estabilidade Financeira — Comef

11 e 12 de março de 2026

**Ata da
64ª reunião
do COMEF**
11 e 12 de março



Data: 11 e 12 de março de 2026

Local: Sala de reuniões do 8º andar e do 21º andar;
Edifício-Sede do Banco Central do Brasil – Brasília – DF

Horários de início e término: 1ª sessão: 11 de março: 9h30 às 12h30 e 14h00 às 17h00;
2ª sessão: 12 de março: 14h00 às 17h00

Presentes:

Membros do Comef
(Presidente e Diretores)

Gabriel Muricca Galípolo
Presidente

Ailton de Aquino Santos
Fiscalização

Gilneu Francisco Astolfi Vivan
Regulação
Organização do Sistema Financeiro e
Resolução (interino)

Izabela Moreira Correa
Cidadania e Supervisão de Conduta

Nilton José Schneider David
Política Monetária

Paulo Picchetti
Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos
Corporativos
Política Econômica (interino)

Rodrigo Alves Teixeira
Administração

**Participantes
responsáveis por
apresentações técnicas:**

André Maurício Trindade da Rocha – *Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro*

Aristides Andrade Cavalcante Neto – *Chefe do Departamento de Gestão Estratégica e Supervisão Especializada*

Caio Moreira Fernandes – *Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação*

Euler Pereira Gonçalves de Mello – *Chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas*

Fabio Martins Trajano de Arruda – *Chefe- do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos*

Gustavo Martins dos Santos – *Chefe- do Departamento de Supervisão de Conduta*

Marcelo Antônio Thomaz de Aragão – *Chefe do Departamento de Assuntos Internacionais*

Ricardo Teixeira Leite Mourão – *Chefe do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro*

Sérgio Mikio Koyama – *Chefe-Adjunto do Departamento de Estudos e Pesquisas*

Demais participantes:

Adalberto Felinto Cruz Júnior – *Chefe do Departamento de Supervisão de Cooperativas e Instituições Não-Bancárias*

Alexandre de Carvalho – *Chefe da Assessoria Econômica*

André de Oliveira Amante – *Chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto*

André Luiz Caccavo Miguel – *Chefe-Adjunto do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro*

Arnaldo José Giongo Galvão – *Assessor de Imprensa*

Climério Leite Pereira – *Chefe do Departamento de Resolução e de Ação Sancionadora*

Cristiano de Oliveira Lopes Cozer – *Procurador-Geral do Banco Central*

Edson Broxado de França Teixeira – *Chefe de Gabinete do Diretor de Fiscalização*
Eduardo José Araújo Lima – *Chefe de Gabinete do Diretor de Política Econômica*
Enrico Bezerra Ximenes de Vasconcelos – *Chefe da Secretaria de Governança, Articulação e Monitoramento Estratégico*
Isabela Ribeiro Damaso Maia – *Chefe da Gerência de Sustentabilidade e de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfólio*
Júlio Cesar Costa Pinto – *Chefe de Gabinete do Presidente*
Kathleen Krause – *Chefe do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial, substituta*
Lucas Alves Freire – *Procurador-Geral do Banco Central, substituto*
Luciano Garcia Roman – *Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro, substituto*
Luís Guilherme Siciliano Pontes – *Chefe-Adjunto do Departamento de Reservas Internacionais*
Mardilson Fernandez Queiroz – *Chefe de Departamento de Regulação*
Melissa Machado de Moraes – *Chefe de Gabinete da Diretora de Cidadania e Supervisão de Conduta*
Olavo Lins Romano Pereira – *Chefe-Adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais*
Ricardo Eyer Harris – *Chefe de Gabinete da Diretoria de Regulação*
Ricardo Sabbadini – *Chefe do Departamento Econômico*
Ricardo Sivieri Zeni – *Chefe do Departamento de Supervisão Bancária*
Rogério Antônio Lucca – *Secretário-Executivo*

Os membros do Comef analisaram a evolução recente e as perspectivas para a estabilidade financeira no Brasil e na economia internacional tendo em vista o objetivo de assegurar um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo.

A) Mercados financeiros globais

1. O sistema financeiro internacional tem demonstrado resiliência. A incerteza de política econômica permanece elevada, e a materialização recente de riscos geopolíticos aumentou a volatilidade nos mercados. Até o momento, os efeitos concentram-se nos preços de commodities, sem contágio em mesma proporção para outros ativos financeiros. O regime de câmbio flutuante segue absorvendo choques e o sistema financeiro internacional segue em realocação ordenada de posições. Nesse contexto, as expectativas em relação às trajetórias das políticas fiscal e monetária das economias avançadas continuam a desempenhar papel relevante na precificação de ativos. Dúvidas sobre a valorização de ativos de risco e outras vulnerabilidades financeiras requerem mais atenção.

2. Desde a reunião anterior do Comef, as condições financeiras globais tornaram-se mais restritivas. Nos Estados Unidos, a inadimplência permanece elevada em diversas modalidades de crédito, alcançando o maior nível desde 2009 em cartão de crédito. O balanço do Federal Reserve voltou a se expandir, refletindo compras de T-Bills em um contexto de liquidez global ainda elevada e maior alavancagem de hedge funds. Na China, observa-se desaceleração do crédito bancário, em linha com a menor demanda por crédito em um ambiente de moderação da atividade econômica.

3. A maioria das jurisdições manteve inalterados seus buffers contracíclicos de capital, enquanto três decidiram elevá-los. De 58 jurisdições avaliadas, 45 mantêm o buffer contracíclico ativado, das quais 26 jurisdições fazem referência à adoção da sistemática do *buffer* neutro positivo, que consiste na manutenção de um nível mínimo de capital adicional contracíclico mesmo em períodos sem acúmulo significativo de riscos financeiros.

B) Sistema Financeiro Nacional (SFN)

4. Prossegue a desaceleração do crédito no SFN, em linha com a moderação do crescimento da atividade econômica. Do lado das famílias, observa-se arrefecimento do crédito em todas as modalidades de maior risco, bem como no crédito rural. Do lado das pessoas jurídicas, a desaceleração ocorreu para empresas de todos os portes, à exceção das microempresas.

5. Embora em desaceleração, o mercado de capitais segue crescendo em ritmo bastante superior ao crédito bancário. O aumento da sua relevância como fonte de financiamento para empresas ocorre em um contexto de mercado aquecido, caracterizado pela ampliação do número de emissores e por spreads comprimidos. Ademais, inovações nos instrumentos emitidos e nas estruturas de securitização de créditos trazem aspectos positivos, mas também elevam a complexidade e a opacidade das operações, tanto para investidores quanto para supervisores.

6. As provisões no SFN mantiveram-se compatíveis com as estimativas de perdas esperadas. Em reconhecimento ao aumento da perda esperada, as instituições financeiras (IFs) seguiram ampliando suas despesas com provisões. De forma agregada, o nível de provisão do SFN permanece alinhado ao calculado com base nos modelos internos do Banco Central (BC). Em termos individuais, aumentou o número de IFs com provisão inferior à estimada pelo BC; contudo, na grande maioria dos casos, o nível de capitalização é suficiente para absorver eventuais ajustes.

7. Os níveis de capitalização e de liquidez do SFN mantiveram-se superiores aos requerimentos prudenciais. O sistema segue detendo capital e ativos líquidos suficientes para absorver potenciais perdas em cenários estressados e cumprir a regulamentação vigente. A rentabilidade do SFN permaneceu estável, com dispersão

entre segmentos. A margem de juros com crédito seguiu pressionada pelo aumento do custo de captação, e as despesas com provisão mantiveram trajetória de alta.

8. Os testes de estresse indicam que o sistema permanece resiliente. O sistema teria condições de absorver os impactos simulados nos testes de estresse macroeconômicos descritos no Relatório de Estabilidade Financeira. O impacto mais severo continua sendo o observado no cenário de quebra de confiança no regime fiscal.

C) Principais pontos de atenção

9. O ambiente de taxa básica de juros contracionista, aliado ao elevado endividamento de famílias e empresas, requer cautela e diligência nas concessões de crédito. A materialização de risco para micro, pequenas e médias empresas permaneceu elevada. Quanto às famílias, níveis elevados de ativos problemáticos e de probabilidade de default indicam que a materialização de risco deve continuar pressionada. O endividamento e o comprometimento de renda das famílias voltaram a crescer e permanecem em patamares historicamente elevados. O contínuo aumento da participação de modalidades mais onerosas na composição da dívida deve continuar impactando o comprometimento de renda. Adicionalmente, observam-se casos pontuais de deterioração da capacidade de pagamento em empresas de maior porte. Na visão do Comitê, esse cenário requer cautela e diligência adicionais no mercado de crédito.

10. No mercado de capitais, a maior utilização de alguns instrumentos de securitização e de estruturas que envolvem múltiplas camadas de fundos de investimento pode dificultar a adequada avaliação de riscos. A expansão das debêntures de securitização apresenta aspectos positivos, como o aumento da liquidez da carteira de crédito, mas também eleva a opacidade para investidores e supervisores. Alguns fundos de investimento, por sua vez, operam com cadeias estruturadas em múltiplos níveis, o que aumenta a complexidade do mapeamento de riscos. Entretanto, poucas instituições financeiras possuem parcela relevante de ativos alocados em fundos com potencial dificuldade de precificação.

11. O cenário global prospectivo segue apresentando riscos que podem levar à materialização de cenários de reprecificação de ativos financeiros globais. As incertezas associadas ao reposicionamento das políticas econômicas, aos eventos geopolíticos e aos seus impactos sobre os ritmos de crescimento da atividade e da inflação se intensificaram. Somam-se a essas incertezas, aquelas relacionadas aos níveis de equilíbrio das taxas de juros no longo prazo, à sustentabilidade fiscal de economias centrais e à valorização dos ativos de risco.

12. A liquidação extrajudicial de instituições integrantes do Conglomerado Master não gerou efeitos sistêmicos no âmbito do SFN. Os mecanismos de proteção existentes associados ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) foram acionados conforme o modelo institucional vigente, evidenciando a capacidade de absorção de choques e a resiliência do sistema financeiro. O plano de recomposição da liquidez do FGC foi aprovado por seu Conselho de Administração e iniciado em março de 2026. As medidas estabelecidas pelas Resoluções nº 5.114 e nº 5.238, de 21 de dezembro de 2023 e 1º de agosto de 2025 respectivamente, ambas do Conselho Monetário Nacional, já produzem efeitos, contribuindo para a redução do número de instituições financeiras com elevada dependência de *funding* garantido pelo FGC.

13. O Comef ressalta a necessidade de que as entidades supervisionadas e os prestadores de serviços relevantes de tecnologia da informação fortaleçam continuamente seus mecanismos de gestão integrada de riscos, com especial atenção à resposta a incidentes cibernéticos e ao monitoramento operacional contínuo. O

Comef registrou que as ações de supervisão prudencial e de conduta, e as medidas normativas adotadas pelo Banco Central do Brasil em resposta aos incidentes recentes contribuíram para mitigar riscos imediatos e para reforçar a resiliência operacional do SFN. Não obstante, o exame do panorama dos incidentes cibernéticos relevantes no SFN revela que os incidentes associados a Provedores de Serviços de Tecnologia da Informação (PSTI) concentraram os maiores impactos financeiros, evidenciando fragilidades relacionadas à guarda e à proteção de certificados digitais e ao monitoramento contínuo de transações financeiras. Também foram identificadas fragilidades em algumas entidades supervisionadas que permitiram a exploração de vulnerabilidades em integrações por meio de APIs e acessos indevidos decorrentes do comprometimento de credenciais. Nesse contexto, o Comef destacou a relevância do contínuo aprimoramento da gestão de riscos tecnológicos e da necessidade de reforço do nível de atenção por parte das entidades supervisionadas.

14. O Comitê está atento à evolução dos cenários doméstico e internacional e segue preparado para atuar, de forma a minimizar eventual contaminação desproporcional sobre os preços dos ativos locais. O Comitê segue entendendo que políticas macroeconômicas que aumentem a previsibilidade fiscal, que reduzam os prêmios de risco e a volatilidade dos ativos contribuem para a estabilidade financeira e, consequentemente, melhoram a capacidade de pagamento dos agentes.

D) Decisão de política macroprudencial

15. O Comef decidiu que, dadas as condições atuais e as expectativas quanto ao cenário econômico, o ACCP_{Brasil} continuará em 0%. O Comitê avalia que a política macroprudencial neutra segue adequada ao atual momento. A decisão considerou as condições financeiras, os preços dos ativos e as expectativas quanto ao comportamento do mercado de crédito.

16. O Comitê segue avaliando a adoção da sistemática de definição de um valor positivo para o ACCP_{Brasil} aplicável a períodos sem acúmulo significativo de riscos financeiros, o chamado *buffer* neutro positivo.

